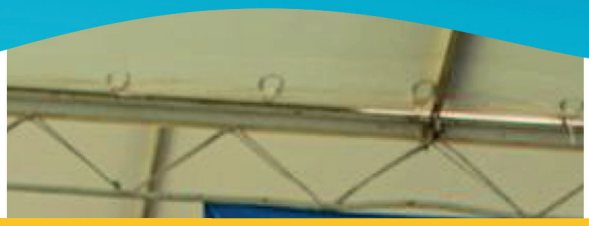
CARTILHA DE FORMAÇÃO



TRIBUNAL POPULAR DA ECONOMIA DO MAR

INTRODUÇÃO



> De quem é a Economia Azul? Esta farsa e fachada chamada de "Economia Azul", "Crescimento Azul" e "Revolução Azul" só podem ser expostas chamando os tecnocratas e autocratas do mundo. Eles estão constantemente tentando vender grandes sonhos aos pobres. Anteriormente, foram os povos indígenas, que foram sacrificados pelo desenvolvimento e crescimento. Agora são as comunidades pesqueiras...
>
> **MJ Vijayan, pesquisador e ativista pela paz**

O Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais conjuntamente com o Conselho Pastoral dos/as Pescadores/as são organizações que articulam e integram espaços de resistência e defesa de comunidades tradicionais pesqueiras.

Em novembro de 2021 durante o Grito da Pesca Artesanal, **foi lançado o Tribunal Popular da Economia do Mar, olhando para a experiência do Tribunal da Economia Azul do Oceano Índico, protagonizado pelas organizações de pescadores/as artesanais.**

Com a presença de mais de 500 lideranças da pesca artesanal, vindas de diversos estados, iniciamos o processo de discussão em torno do papel do Tribunal Popular da Economia do Mar frente as diversas violências e violações nos territórios tradicionais pesqueiros e de direitos humanos de pescadores e pescadoras artesanais frente ao avanço dos projetos de expansão desse modelo econômico.



Esta cartilha tem como objetivo **apresentar para o conjunto das comunidades tradicionais pesqueiras e organizações parceiras a caminhada em torno da construção do Tribunal Popular da Economia do Mar.** A intencionalidade político pedagógica dessa cartilha, é de apresentar os caminhos trilhados pelo capital com o conceito de 'Economia Azul" ou "Crescimento Azul".

Os padrões de crescimento azul vão gerar e agravar as injustiças já existente e acirrar conflitos nos territórios tradicionais pesqueiros. A economia do mar centra seus esforços em expandir uma grande rede de exploração dos recursos naturais como petróleo, gás e mineração em águas profundas, além de intensificar a instalação de parques eólicos e solar. Com base no falso discurso de consolidar um projeto econômico azul sustentável existe um grande esforço para iniciativas de aquicultura, bem como fortalecer a biotecnologia marinha para a produção de produtos da indústria farmacêutica e de cosméticos.

Frente aos projetos do capital que ameaçam nossos modos de vida, vamos se fazendo resistência cotidiana como as águas. O Tribunal Popular da Economia do Mar é espaço formativo, organizativo e de luta contra todas as formas de privatização e mercantilização dos nossos territórios, das águas e do clima.

TRIBUNAL POPULAR DA ECONOMIA DO MAR

O QUE É ECONOMIA AZUL?

A ideia de economia azul é elaborada durante a Rio+20 com objetivo de reenquadrar os oceanos enquanto "espaços de desenvolvimento" ***para atender a lógica neoliberal de mercado, com a ideia de fronteira aberta para a exploração.*** Os interesses dos capitalistas estão concentrados na exploração dos serviços ecossistêmicos presente nos oceanos e toda zona costeira.

O mercado é o grande interessando no processo de aceleramento da exploração dos recursos naturais e na privatização do mar enquanto território privado para atender as demandas e os interesses econômicos das grandes corporações. O mar foi mapeado com esses projetos econômicos que visa ampliar o maior alcance da mineração em águas profundas, de petróleo e gás, a instalação de parques eólicos e solar entre outras megaestruturas.

Destacamos que o projeto dos capitalistas na saga de privatização dos oceanos é amplo e abarca projetos relacionados a ampliação de terminais de contentores, construção naval, produção de petróleo e gás offshore, eólicas offshore, turismo de massa, aquicultura, pesca industrial.



ECONOMIA AZU
CONOMIA AZUL

O papel do Estado e dos governos é de ser intermediários entre as grandes empresas, alterando as legislações de proteção ambiental e dos oceanos, redistribuindo e privatizando áreas litorâneas. Os bens comuns pertencente ao povo, com essa lógica são convertidos em propriedade privada para atender as demandas do mercado.

Os planos de governos e das corporações estão sacrificando os povos e o planeta. Estamos diante do agravamento da crise climática onde 01 em cada 05 países já enfrentam o colapso do ecossistema com extinção de espécies, vegetação e elevação do nível do mar. A Economia Azul está acontecendo em meio a uma crise sem procedente histórico, por isso seu caráter nocivo a vida e ao planeta.

A Economia Azul desconsidera os efeitos das mudanças climáticas e em seus megaprojetos não existe lugar para avaliações de impacto ambiental e social para instalação. Os territórios costeiros e marinhos são vulnerabilizados com atividades econômicas de grande porte e de impactos irreparáveis, a exemplo do vazamento de petróleo, mineração de terra que logo rebaixa áreas e causa consequentemente inundações.



O QUE SÃO OS TRIBUNAIS:

EXPERIÊNCIA DO TRIBUNAL DA ECONOMIA AZUL DO OCEANO ÍNDICO



A construção do Tribunal da Economia Azul do Oceano Índico foi fruto do amplo processo de mobilização e articulação das comunidades tradicionais pesqueiras, pesquisadores/as e diversas ONGs regionais do Oceano Índico, envolvendo diretamente cinco países: Indonésia, Tailândia, Bangladesh, Sri Lanka e Índia.

O processo preparatório teve início no final de 2017 e seguiu até julho de 2020, com investigação de campo nos cinco países envolvidos, escuta de especialistas das diferentes regiões, reuniões e seminários com as organizações de pescadores e pescadoras artesanais. Durante o processo de articulação foram envolvidos diversos seguimentos no processo houveram consultas e interações envolvendo governos e agências multilaterais. Inicialmente os tribunais deveriam acontecer de forma presencial, contudo com a pandemia passou a ser de forma virtual o que possibilitou ampliar a participação dos pescadores e pescadoras.

O percurso metodológico dos tribunais teve como referência relatórios de conflitos de cada país, apresentação de estudos de caso, depoimentos de representantes das comunidades e apresentação de especialistas sobre temas como: geopolítica, desenvolvimento industrial liderado por portos, aquicultura, papel da mulher na pesca e direitos tradicionais.

O Tribunal da Economia Azul do Oceano Índico foi uma iniciativa frente a violência do capital no seu projeto de exploração e expansão, ao mesmo tempo que articula as comunidades pesqueiras do Oceano Índico para compartilhar suas leituras dos impactos da economia azul em seus territórios e socializar seus percursos de resistência e defesa dos oceanos e da natureza enquanto bem comum e de interesse dos pescadores e pescadoras artesanais.

As comunidades pesqueiras do Oceano Índico diante da perca de territórios de pesca, da insegurança alimentar, instalação de plataformas de exploração de petróleo e gás, para áreas de mineração industrial, pesca industrial e para rotas marítimas denunciam que esse modelo econômico se baseia no crescimento neoliberal, favorecendo a acumulação de lucros, mercantilização da natureza e altera drasticamente as legislações nacionais de caráter ambiental para favorecer aos interesses econômicos de uma pequena elite.

A economia azul se sustenta na lógica de intensificação da exploração dos recursos naturais baseada em avaliações científicas, na intensa exploração dos recursos e na expansão de empreendimentos de grande porte na zona costeira e marinha. O Tribunal do Oceano Índico apresentou 05 grandes violações que afeta diretamente a pesca artesanal, os modos de vida e a permanência nos territórios. Entre os principais conflitos das comunidades pesqueiras destacam-se os seguintes casos:

- Cerca de 600.000 pessoas no **Sri Lanka** são impactadas por um projeto portuário, que prevê a retirada das comunidades de seus territórios afetando diretamente 30.000 pescadores e pescadoras, que vão ficar sem condições de sustentar suas famílias.



- Parte da ilha de Maheshkhali (**Bangladesh**) está sendo transformada em uma Zona Econômica Especial para a instalação de um novo porto de contêineres, de projetos de energia térmica e de Gás Natural Liquefeito (GNL) e cerca de 3,2 milhões de pessoas, entre elas muitas dependentes do mar para a sua subsistência será diretamente afetadas.



- Na **Tailândia**, o Grand Thai Canal que liga o Mar da China Meridional e o Oceano Índico é um projeto de mega infraestrutura associados que causarão estragos à natureza e a milhões de pessoas.



- Na **Indonésia**, a nova Lei Omnibus (2020) pode levar ao deslocamento de 8 milhões de famílias de pescadores/as para ceder área para o turismo de massa.



- O projeto do porto de Whadwan em Maharashtra (**India**) de infraestrutura afetara diretamente 10.000 mulheres pescadoras, esse é apenas um dos quase 100 projetos do Sagarmala Blue Revolution do governo indiano.

As denúncias apresentadas nos tribunais populares deixam nítido que existe uma profunda ausência de escuta das comunidades pesqueiras dos referentes países em relação a instalação de empreendimentos em áreas ocupadas tradicionalmente por pescadores e pescadoras artesanais. O modelo econômico de negócios no mar parte da matriz de máximos lucros via privatização e mercantilização dos recursos oceânicos e costeiros. Esse modelo desconsidera a presença e os modos de vidas das comunidades pesqueiras, afetando diretamente a sua presença e permanência na atividade pesqueira.

Mesmo diante da ofensiva violenta da economia do azul, as organizações de pescadores e pescadoras, pesquisadores/as e aliados/as das lutas em defesa da pesca artesanal e dos modos de vida tradicional organizaram os tribunais populares e denunciaram a farsa da economia azul.

Diante dos conflitos causados pela economia azul, fica a seguinte pergunta para reflexão coletiva. Quem foram os impactados/as pela privatização dos bens comum costeiros e marinhos? Qual o lugar da legislação ambiental e direito ao meio ambiente limpo?

Essas são perguntas que podemos responder imediatamente, mas na lógica e na agenda de mercado da economia azul, essas perguntas e questionamentos não cabem. Vivemos um período de intensificação da crise do capitalismo e do seu modo de produção, que busca nesse momento de crise ambiental e climática mercantilizar a vida e o planeta.



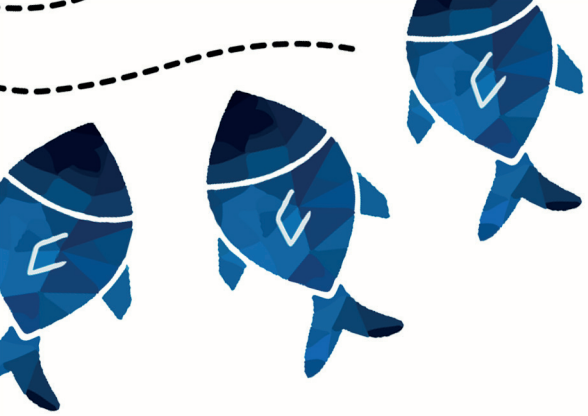
PERCURSO METODOLÓGICO

O **Tribunal Popular da Economia do Mar** tem como centralidade debater e organizar ações de resistência frente aos impactos da Economia do Mar nas comunidades tradicionais pesqueiras do Brasil. Nossa intencionalidade política com essa construção é de possibilitar processos que acumulem e fortaleçam as comunidades pesqueiras em nível comunitário/local, regional, nacional e internacional.



Nosso percurso metodológico busca alcançar e consolidar ferramentas para articular os processos de denúncia permanente dos impactos da economia do mar nas comunidades pesqueira e na vida dos pescadores e pescadoras artesanais, buscando incidir em nível internacional.

Desde os territórios pesqueiros, estamos organizando redes de diálogos para a escuta atenta das denúncias das comunidades pesqueiras na América Latina e Caribe. Nossa luta contra o capital é internacional e exige da nossa parte processos de articulação e solidariedade permanentes.



NOSSO PERCURSO METODOLÓGICO SE ORGANIZA COM BASE NAS AÇÕES E ATIVIDADES ABAIXO:

1. Reunião de preparação no âmbito da Coordenação Nacional do MPP com objetivo de definir a comissão responsável pela condução do processo;

2. Reunião do MPP com parceiros para definir programa e cronograma e planejamento geral das ações;

3. Reunião com organizações parceiras da América Latina para refletir sobre conjuntura da região e apontar perspectivas de mobilização.

4. Elaboração de materiais didáticos de caráter popular sobre o que é a economia do mar e quais os impactos para as comunidades pesqueiras;

5. Realização de Encontro de Multiplicadores e Multiplicadoras para socialização de materiais e construção da metodologia de oficinas locais e encontros regionais;

6. Realização de oficinais nos territórios sobre Economia do Mar – olhando a realidade e as experiências de resistência;

7. Encontros Regionais: 05 encontros das regiões – Norte, Sul, Centro Oeste, Nordeste e Sudeste com duração de três dias. Os encontros tem como objetivo conhecer as experiencias de violações e eleger uma experiência por região que deverá ser apresentada na sessão final do tribunal. Na metodologia dos encontros será feita uma abordagem específica a fim de identificar os impactos na vida das mulheres e jovens;

8. Seminário Popular da América Latina e Caribe sobre impactos da economia do mar e caminhos de luta e resistência, com o objetivo de fortalecer a articulação em nível continental.

9. Tribunal Popular da Economia do Mar – realizado no Brasil em novembro de 2022, com duração de cinco dias. A metodologia será composta por apresentação de casos, estudos e encaminhamentos. Um dos dias da programação será voltada para reunir os países presentes e apontar perspectivas de articulação em nível de América Latina e Caribe;

10. Sistematização do Tribunal Popular do Mar: vídeos com todas as fases do processo, facilitação gráfica para folder, cartazes, cartilhas, dossiês e veredito.

11. Encontro de avaliação e encaminhamentos.

Pretendemos com esse percurso metodológico fortalecer as coletividades e vozes de pescadores e pescadoras artesanais frente a economia do mar e suas diversas forma de resistência e permanência em seus territórios. O Tribunal Popular do Mar vai encaminhar denúncia formal das violações de direitos humanos, culturais, ambientais, econômicos e ancestrais dos pescadores/as artesanais em âmbito internacional na Comissão de Direitos Humanos da OEA – Organização dos Estados Americanos e da FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

O Tribunal Popular do Mar também tem como uma das suas intencionalidades políticas articular o diálogo em rede entre as diversas organizações populares de pescadores e pescadoras artesanais da América Latina e Caribe que integram o Fórum Mundial de Povos Pescadores (WFFP).

Os impactos dos projetos da Economia do Mar afetam diretamente a vida das mulheres, sobretudo das mulheres negras intensificando conflitos e agravando outras violências, como o racismo institucional, violência física e simbólica. Importante destacar que segundo as organizadoras do Tribunal da Economia Azul do Oceano Índico, afirmam que as mulheres não são tratadas de forma igualitária ou consideradas como contribuinte significativa para a atividade pesqueira e são marginalizadas nos mercados devido aos grandes investidores que montam empreendimento nos territórios da pesca artesanal.

Nossa proposta de caminho metodológico e de construção do Tribunal Popular da Economia do Mar só vai ser possível com o engajamento do conjunto das comunidades de pescadores e pescadoras artesanais, entidades parceiras e todos e todas que são solidários as lutas e resistência das comunidades tradicionais pesqueiras na justa luta em defesa de seus territórios frente aos projetos econômicos do capital.



CRONOGRAMA

"Chegou a hora de defender, nosso pedaço de chão. A terra é nossa por direito, respeite nossa tradição. A nossa luta é por terra e água, do litoral ao sertão. Lutamos por igualdade, com liberdade garantir o pão" (Hino do MPP)

O nosso cronograma tem por objetivo demostrar ao conjunto dos movimentos e as organizações parceiras que a construção do Tribunal Popular da Economia do Mar é um processo intenso e necessário para o entendimento coletivo sobre os impactos do capital sobre nossos territórios de pesca e vida.

O Tribunal Popular da Economia Azul pretende ser espaço de aglutinação das resistências e das vozes coletivas que denunciam a privatização e os ataques contra os oceanos, o clima, os territórios pesqueiros e os modos de vida tradicional. Esperamos contar com todas e todos nessa Maré de Resistência. Confira nosso cronograma de atividades e integre esses espaços de debate, articulação e luta:

ATIVIDADE	DATA	LOCAL	RESPONSÁVEL
Lançamento do Tribunal Popular da Economia do Mar	23 de novembro de 2021	Brasília/DF	Coordenação Nacional do MPP
Reunião de Planejamento	17 e 18 de dezembro de 2021	Olinda/PE	Coordenação Nacional do MPP
Reunião de Intercâmbio com os países do Oceano índico que realizaram o Tribunal Popular	15 de fevereiro de 2022	Virtual	Coordenação Nacional do MPP
Reunião do MPP com parceiros para apresentar a proposta do Tribunal Popular	Março/2022	Virtual	Coordenação Nacional do MPP

ATIVIDADE	DATA	LOCAL	RESPONSÁVEL
Reunião com países membros do Fórum Mundial de Povos Pescadores/as (WFFP) na América Latina	Março/2022	Virtual	Coordenação Nacional do MPP
Formação sobre Economia do Mar e Impactos na Pesca Artesanal	Abril/2022	Fortaleza/CE	Coordenação Nacional do MPP
Encontros de Multiplicadores/as	01 a 06 de Junho/2022	Fortaleza/CE	Coordenação Nacional do MPP
Oficinas locais sobre a Economia do Mar: Olhando realidades e as experiências de resistência	Março/2022	Estados e territórios	Coordenações Nacional e Estadual
Encontro Regional (Norte)	04 a 06 de agosto	-	Responsáveis: Florivaldo e Josana
Encontro Regional (Nordeste)	01 a 03 de setembro	-	Responsáveis: Arlene e Ana Ilda
Encontro Regional (Sul/Sudeste)	18 a 20 de agosto	-	Responsáveis: Nilmar e Nego
Tribunal Popular da Economia do Mar	21 a 25 de novembro/2022	21 a 25 de novembro/2022	Coordenação Nacional
Encontro de Avaliação e Planejamento	07 a 11 de dezembro/2022	07 a 11 de dezembro/2022	Coordenação Nacional
Sistematização da experiência do Tribunal Popular do Mar no Brasil	Até fevereiro de 2023	Até fevereiro de 2023	Coordenação Nacional e Equipe de apoio pedagógico

PERGUNTAS ORIENTADORAS
PARA AS RODAS DE CONVERSA



"Ser pescador e pescadora, é ser confiante, que podemos resgatar, o que nos roubaram"
(Pescadora Marta Ferreira)

Frente ao avanço dos projetos da Economia do Mar em nossos territórios se faz necessário organizar espaços de resistências e diálogos para melhor organizar nossas lutas de enfrentamento e de defesa da pesca artesanal, dos oceanos e do clima.

Precisamos envolver todos e todas dos nossos territórios, pois esse é um tema que é de interesse coletivo porque tem impactos diretos em nossas vidas e no nosso trabalho. Os governos, instituições multilaterais e empresas transnacionais estão avançado sobre o mar e as faixas de praia para instalar projetos de mineração, energia eólica e solar, perfuração de poços de petróleo e gás.

É importante mapear os projetos da economia do mar que estão afetando ou vão afetar nossos territórios pesqueiros. Esse esforço coletivo nos ajudará a desenhar nossas formas de resistência e articular a luta para denunciar e barrar qualquer projeto que tenha como fim a nossa desterritorialização forçada, privatização e poluição das águas.

O roteiro de debate tem como finalidade ajuda na realização das Rodas de Conversa, que vão acontecer nas nossas casas, associações, sindicatos, colônias, igrejas e rancho de pesca. O mais importante é envolver todas e todos nessa discussão.

Então reúna sua comunidade, sua associação, colônia, sindicato e vamos discutir sobre como podemos nos organizar para fortalecer nossa resistência.





Apresentamos os seguintes pontos para discussão em grupo:

A) Quais são os projetos e empreendimento instalados no território?
B) Quais são os impactos na pesca e na natureza que percebemos?
C) Qual o nível de envolvimento da prefeitura, do governo do estado e do governo federal nesses projetos?
D) Quais ações de resistência e organização estão sendo feitas ou podemos fazer?
E) Como esses projetos e empreendimentos tem afetado a vida das mulheres e dos jovens?
F) O que significa "Economia do Mar" para vocês?

Se tiver outras questões para o debate é importante a comunidade apresentar e discutir, precisamos ampliar nosso olhar sobre aquilo que afeta diretamente nossas vidas e nossos territórios da pesca artesanal.



COMO ORGANIZAR O DEBATE SOBRE A ECONOMIA AZUL EM NOSSOS TERRITÓRIOS

Precisamos fazer o debate em torno da Economia Azul e seus impactos no oceano, na pesca e na vida das comunidades tradicionais pesqueiras para que possamos envolver todas e todos que são sensíveis a luta dos pescadores e pescadoras artesanais.

Cabe ao conjunto da militância dos movimentos populares da pesca artesanal, organizações parceiras e de apoio, iniciar essa Maré de Resistência em cada território de atuação, convocando as forças vivas.

Segue abaixo algumas orientações de como organizar nossas rodas de conversa:

EDUCADORES/AS MULTIPLICADORES/AS: Cada estado deve indicar 03 pessoas para participar do Seminário de Educadores/as Multiplicadores/as do Tribunal Popular do Mar. Todas e todos que estão com essa cartilha em mãos são educadores/as multiplicadores desse processo.

ARTICULAÇÃO: Em cada estado/território, os educadores/as multiplicadores devem definir local para as Rodas de Conversa, articulando os grupos de pescadores/as, associações, colônias, sindicatos, igrejas, conselhos destes territórios.

FORMATO: De acordo com as condições do estado/território e da disposição dos pescadores e pescadoras artesanais e convidados, a Roda de Conversa pode ser feita em um encontro, ou mais.

"Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (Paulo Freire)

QUAL A METODOLOGIA DA RODA DE CONVERSA

Temos como referência a educação popular no nosso jeito de fazer e na nossa prática militante. As referências metodológicas abaixo nascem de como ao longo dos anos vamos construindo nossos espaços formativos, de articulação e de lutas. Todos e todas devem contribuir nessa construção metodológica que não está acabada, mas em movimento. Segue aqui alguns desses aprendizados coletivos:

Educação Popular: As organizações que estão na construção do Tribunal Popular da Economia do Mar tem como referência prática a Educação Popular. Esse princípio busca valorizar as experiências comunitária e de cada pessoa como ponto inicial do diálogo, pois compreendemos que todos e todas são sujeitos no processo. Demos ter o cuidado pedagógico para garantir que as rodas de conversa sejam participativas, que valorize a opinião, sugestão e contribuições de todos/as os envolvidos/as;

Formato: Os encontros podem ser de um turno ou o dia inteiro dependendo da organização e disposição dos participantes;

Ornamentação: Nossos espaços de encontros devem ser cuidados para expressar a riqueza da nossa diversidade, identidades por isso é importante ter nossas bandeiras, símbolos da pesca artesanal, flores, cartazes, fotografias e outros símbolos de referência das nossas lutas;

Espaço: Garantir se possível um espaço que favoreça as pessoas se organizar em círculo para garantir a participação e diálogo entre todas e todos;

Mística: A mística é o momento da nossa ligação com a memória e legado dos que vieram antes de nós e construíram processos de resistência e luta. É preciso alimentar nossa esperança, nossos sonhos e nossa prática militante com novos valores e novas relações para enfrentar as violências do capital;

Apresentação dos objetivos da roda de conversa: É importante destacar uma companheira e companheiro para coordenar e mediar nossa roda. Após a mística apresentamos os objetivos e as perguntas que vão nos ajudar na conversa em grupo;

DINÂMICA DE RODA DE CONVERSA

Apresentamos o seguinte roteiro como uma proposta de condução do espaço.

1. Organizar as falas com tempo limitado para garantir que todas e todos participe;

2. Importante garantir que as falas sejam alternadas entre uma companheira e um companheiro;

3. Definir 02 pessoas para contribuir na sistematização/anotações da roda de conversa;

4. As falas devem ser sobre as perguntas orientadoras para a roda de conversa;
5. Reflexão em grupo para os pontos apresentados;

6. Retorno para o espaço para apresentação dos grupos e debate coletivo;
7. Falas de apresentação final dos debates e encaminhamentos;

A dinâmica da nossa roda de conversa tem como referência as 05 perguntas orientadoras, podemos ampliar para outras questões relacionadas a Economia do Mar, caso o grupo apresente.

Nossa intenção com essa orientação metodológica é de ajudar no processo de condução dos debates em torno do Tribunal Popular da Economia do Mar. Somos diversos e temos muitas formas de fazer, sistematizar, escrever, falar, desenhar e expressar nossas vivências comunitária. Essa não é uma proposta fechada, mais um ponto de partida que cabe todas as contribuições.

Coordenação Nacional do MPP



LINHA DE MÃO

CONSIDERAÇÕES DE "LINHA DE MÃO"



A cartilha que agora passa nas mãos dos/as Educadores/as Multiplicadores/as é fruto da teimosia, resistência e diálogos entre as diversas comunidades tradicionais pesqueiras do mundo frente a violência dos governos, agências de financiamento, empresas multinacionais na saga de "repartir" o mar em zonas de interesse econômico para atender as demandas do capital, representado pela ideia neoliberal da Economia Azul.

Com a "Linha na mão" vamos organizando uma pescaria de consciências, para a defesa dos oceanos, da natureza, dos manguezais, das faixas de praias e toda biodiversidade presente em nossos territórios. Essa não é uma "pescaria" fácil, exige de cada um de nós dedicação coletiva para denunciar as violações de direitos.

Esperamos que essa cartilha possa contribuir na organização das Rodas de Conversa e dos Encontros Regionais, possibilitando o aprendizado coletivo e o diálogo permanente entre os pescadores/as artesanais do Brasil, da América Latina e Caribe e de todo mundo.

Seguimos na construção do internacionalismo solidário com todos os povos em luta contra a apropriação, privatização e mercantilização dos bens comum, dos espaços coletivos e dos direitos da Mãe terra e da Mãe água. Desejamos uma boa leitura coletiva, muitas lutas e diversas resistências!!!

"No Rio e no Mar, Pescadores na luta! Nos açudes e barragens, pescando liberdade! Hidronegócio – resistir! Cerca nas águas -derrubar! (Palavra de ordem do MPP)

"Internacionalizemos a luta! Internacionalizemos a esperança!" (Palavra de ordem da Via Campesina)



MATERIAIS DE REFERÊNCIA

Seguem indicações de textos, livros, filmes e vídeos que são referência na escrita dessa cartilha e são instrumentos que visibilizam as lutas dos pescadores/as artesanais no Brasil e no mundo.

TEXTOS E LIVROS

Cartilha: Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Territórios Pesqueiros - MPP
https://drive.google.com/file/d/1rmevNdjy9xc98pUSviz8maLgJHN9wRn-/view

Relatório de Conflitos Socioambientais em Comunidades Pesqueiras 2016
http://www.cppnacional.org.br/publicacao/relat%C3%B3rio-de-conflitos-socioambientais-em-comunidades-pesqueiras-2016

Relatório de Conflitos Socioambientais em Comunidades Pesqueiras 2021
http://www.cppnacional.org.br/sites/default/files/publicacoes/Relat%C3%B3rio%20de%20Conflitos%20Socioambientais%20em%20Comunidades%20Pesqueiras%20-%202021.pdf

Documento da Conferência Internacional da WWFP sobre "Impactos da Economia Azul: Respostas dos Povos Afetados", em 23 de fevereiro de 2021, Índia
https://worldfishers.org/2021/02/24/wffp-international-conference-on-impacts-of-blue-economy-response-of-the-affected-peoples-23rd-february-2021-4pm-to-630pm-indian-time-ist/

Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável: No Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza:
http://cppnacional.org.br/sites/default/files/Diretrizes%20Volunt%C3%A1rias%20para%20Garantir%20a%20Pesca%20de%20Pequena%20Escala%20Sustent%C3%A1vel%20no%20Contexto%20da%20Seguran%C3%A7a%20%281%29%20%281%29.pdf

Livro: Tribunal Internacional dos Impactos da Economia Azul no Oceânico Índico:
http://blueeconomytribunal.org/wp-content/uploads/International-Tribunals-Report-on-BE.pdf

VIDEOS

Documentário Vento Forte:
https://www.youtube.com/watch?v=QwKa49nVftE

Documentário Mulheres das Águas:
https://www.youtube.com/watch?v=P62sFliw7K8&t=1s

Clipe "Mangue Mulher" (Música: Banho / Autora: Tulipa Ruiz / Intérprete: Elza Soares)
https://www.youtube.com/watch?v=6jEWCfc3XnE&t=151s

ESPÍRITOS DA SABIAGUABA – Filme Completo
https://www.youtube.com/watch?v=z7BC6NGJvd8





EXPEDIENTE

PUBLICAÇÃO DO MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS- MPP

O Movimento dos Pescadores e Pescadoras
é um movimento popular que articula
e mobiliza pescadores e pescadoras artesanais do Brasil.

Endereço Secretaria Nacional
Rua Eugênio Porto, 71 - José Bonifácio
Fortaleza/CE – CEP: 60055-290
Email: mppbrasil@gmail.com

Equipe de Elaboração

Secretaria Operativa
Clarindo Pereira dos Santos
Josana Pinto da Costa
Florivaldo Mota Rocha
Martilene Rodrigues

CPP
Francisco Nonato do Nascimento Filho
Ormezita Barbosa de Paulo

Diagramação
Gabriel Campelo

REALIZAÇÃO

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS
BRASIL

CPP
Conselho Pastoral dos Pescadores

APOIO

MISEREOR
IHR HILFSWERK

Thousand Currents

FORO MUNDIAL DE PUEBLOS PESCADORES
FORUM MONDIAL DES POPULATIONS DE PECHEURS
WORLD FORUM OF FISHER PEOPLES

Naturskyddsföreningen

SwedBio
A programme at Stockholm Resilience Centre